



CADÊ O SURURU? IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO DE SAL-GEMA EM MACEIÓ/ ALAGOAS:

Gabriela Abrahão Masson¹
Caroline Rodrigues da Silva²
Fabrícia Bruna Balbino dos Santos³

RESUMO:

Está em curso em Maceió/AL o “maior crime corporativo socioambiental, do planeta em área urbana”, resultado da mineração desenfreada e sem regulação do minério de sal-gema. Neste artigo, a partir de pesquisa bibliográfica, documental e trabalhos de campo nos bairros atingidos pela mineração e diálogo com o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), discutimos a trajetória histórica e política desta mineração em Maceió, os impactos e conflitos socioambientais nos bairros Bebedouro e na Comunidade Flexal. Além do deslocamento forçado de 60 mil pessoas, na capital, existem muitas famílias ainda à mercê da proteção do Estado.

Palavras-chave: mineração; impactos socioambientais; conflitos socioambientais.

ABSTRACT:

The “biggest socio-environmental corporate crime on the planet in an urban area” is underway in Maceió/AL, as a result of the unbridled and unregulated mining of rock salt ore. In this article, based on bibliographical and documentary research and fieldwork in the neighborhoods affected by the mining and dialogue with the Unified Movement of Braskem Victims (MUVB), we discuss the historical and political trajectory of this mining in Maceió, the socio-environmental impacts and conflicts in the Bebedouro and Flexal neighborhoods. In addition to the forced displacement of 60,000 people in the capital, there are many families still at the mercy of state protection

Keywords: mining; socio-environmental impacts; socio-environmental conflicts.

¹ Prof.^a. Dr.^a em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e-mail: gabriela.masson@fsso.ufal.br

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas; e-mail: caroline.rodrigues@fsso.ufal.br

³ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas; e-mail: fabricia.santos@fsso.ufal.br





1 INTRODUÇÃO

A mineração é uma das maiores formas globais de apropriação privada de terras e de recursos naturais, o extrativismo não significa somente a tomada do território para a extração de minérios, mas sim de metais, gás, petróleo, floresta e pesca. Há mais de 500 anos, a mineração desenvolve-se no Brasil sem interrupção, tornando-se um dos pilares da economia brasileira, e uma atividade mercadológica muito lucrativa, mapeada em todo nosso território pelo setor minérios (TELES, 2023).

Segundo Milanez (2019) em 2015, o Brasil foi o maior exportador de minérios da América Latina e o segundo maior do mundo. Como observado por Zhouri; Oliveira (2013), grandes projetos, como os que envolvem a mega mineração, constituem uma arena de conflitos envolvendo grupos locais, setores do Estado, corporações, instituições, movimentos sociais, pesquisadores de diferentes formações.

Além do Brasil se destacar mundialmente pelo seu modelo de desenvolvimento rural agroexportador calcado no agronegócio, a mineração é um dos seus pilares e sustentáculo da economia. Esta realidade é uma condição determinada pela nossa formação social, um país colonizado com base no sistema escravagista de negros (as), vigente por cinco séculos (MOURA, 1993), e que nunca realizou reforma agrária e urbana, para a garantia da função social da terra, e do espaço urbano (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988).

Praticamente todos os municípios brasileiros têm incidência de mineração, seja ela em grande, média ou pequena escala. São 2.020 municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira para Exploração Mineral (CFEM), imposto pago pelas mineradoras (SANTOS, 2007). Nossa posição de destaque na agricultura e mineração, no entanto, não se traduz em melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, pelo contrário esta realidade tem produzido e reproduzido contradições inerentes à lei geral de acumulação capitalista.

Em Alagoas, um dos estados do nordeste brasileiro, a mineração desenfreada do minério de sal-gema pela petroquímica Braskem, em um período de quarenta e quatro anos, sem fiscalização e controle dos órgãos públicos, tem ganhado a cena nacional e internacional desde 2019, e impactado de diversas formas a vida da população.

Está em curso na área urbana da capital do Estado de Alagoas, em Maceió, nos bairros, Trapiche da Barra, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Pinheiro, e na restinga do





Pontal da Barra, o “maior crime corporativo socioambiental, do planeta” provocado pela predatória mineração da Braskem. Esta empresa de capital privado, e que tem a Petrobras uma das suas acionistas majoritárias, segue sem qualquer responsabilização penal (MANSUR; WANDERLEY, 2023; CPI, 2024; MARQUES, 2024).

Desde então, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, outros sujeitos coletivos e grupos locais, têm denunciado os impactos e conflitos socioambientais, que já afetaram mais de 60 mil pessoas diretas, 200 mil indiretas, e a restinga do Pontal da Barra, região Sul de Maceió, à beira-mar, próximo ao encontro das águas do mar com a lagoa Mundaú (MANSUR; WANDERLEY, 2023; CPI, 2024; MARQUES, 2024).

O crime socioambiental em curso em Maceió produz impactos socioambientais na vida da classe trabalhadora na capital alagoana, e consequentemente agrava a questão social, e suas expressões, a questão agrária, urbana e ambiental. A comunidade do Flexal foi uma das últimas a ser incluída no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PFC) criado pela Braskem. Conforme Santos (2023), a comunidade passa por um processo de isolamento socioeconômico, onde a população remanescente se encontra privada de uma série de serviços vitais. Sem contar no deslocamento forçado vivenciado por diversas famílias para lugares distantes ou periféricos.

A mineração, neste território tem sinalizado ser um processo insustentável, tal como em toda a sua história, fundamenta-se na apropriação e expropriação de territórios e na degradação ambiental desenfreada. E como tal, esta realidade assemelha-se à brasileira, o racismo e o sexismo também são seus constitutivos, pois são os (as) negros (as), as comunidades tradicionais as mulheres, os mais afetados pelos grandes empreendimentos minerários.

A partir desta breve introdução acerca da problemática vivenciada na capital alagoana, este artigo é resultado das reflexões teórico-práticas da disciplina de Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, ministrada no primeiro período de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2024. Seu objetivo é discutir a trajetória histórica e política da mineração de sal-gema em Maceió, circunstanciada na ditadura militar até a redemocratização, e dias atuais; e os impactos e conflitos socioambientais causados pelo crime, comumente chamado de “desastre ambiental”.



Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e documental sobre o crime socioambiental cometido pela Braskem, articulada a realização de trabalhos de campo nos bairros Bebedouro e Flexal, com a participação ativa do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), docente, e estudantes do primeiro período de Serviço Social da UFAL.

O referencial bibliográfico que subsidia esta discussão está amparado em Diodato (2017); Cavalcante (2020); Mansur; Wanderley (2023) e Marques (2024), etc. A pesquisa documental também tem grande relevância para a discussão proposta, pois foi realizada a partir do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem (2024), e na Carta Aberta do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (2023). Para analisar esta realidade que é contraditória e histórica, o método de análise é o materialismo histórico-dialético.

No artigo apresentamos primeiramente a pesquisa bibliográfica e documental sobre a trajetória histórica e política da mineração em Alagoas, circunstanciada na ditadura até a redemocratização, e dias atuais. Na sequência discutimos os impactos e conflitos socioambientais em curso na capital alagoana, a partir da observação participante realizada por docente e estudantes de Serviço Social no bairro Bebedouro e Comunidade Flexal em Maceió.

Assim, distante de mensurar os impactos e conflitos socioambientais em sua totalidade, esta reflexão é uma primeira aproximação, e evidencia a necessidade de aprofundamento do debate na cidade, sobretudo na Universidade, junto a estudantes e futuros profissionais que poderão atuar nesta problemática.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a oferta de sal-gema é considerada abundante no mundo. As reservas brasileiras de sal-gema (medidas indicadas) aprovadas pelo DNPM, somam cerca de 30.433 milhões de toneladas, das quais apenas 28,9% destas são associadas à Silvinita.

Dentro deste universo, de reservas relacionadas a Silvinita, 92% encontram-se na região de Taquari – Vassouras, município de Rosário do Catete e Rosa Lima no Estado de Sergipe, e 8% restante nos municípios de Itacoatiara e Nova Olinda do Norte no Estado do Amazonas. Do total de reservas conhecidas, 71,1% são de sal-gema (21.648 milhões de toneladas), e em Maceió, 2.994 milhões de toneladas (13,8%) em 2007 (SANTOS, 2007).



A indústria mineral de sal-gema está inserida há mais de quatro décadas na capital de Alagoas, desenvolvendo-se associada à expansão do setor petroquímico brasileiro, e ao sistema capitalista mundial. Baseia-se na intensificação da mercantilização do cloro-soda, e seus derivados. (CAVALCANTE, 2020; MANSUR; WANDERLEY 2023; MARQUES, 2024).

A mineração de sal-gema teve início entre os anos de 1975/1976, durante o regime militar, mas desde a década de 1940 o minério é encontrado em depósitos subterrâneos no estado de Alagoas, e no bairro Mutange na capital, Maceió. Na década de 1960 um empresário baiano fundou a empresa Salgema Indústrias Químicas S/A, sendo o principal acionista que em articulação com investimentos estrangeiros e Estado, buscou consolidar a exploração na capital (DIODATO, 2017)

Durante a ditadura militar em 1965 a antiga Agência Nacional de Produção Mineral licenciou a extração do minério no bairro do Pontal da Barra em Maceió, a partir da implantação da Salgema Indústrias Químicas S/A na restinga, um ecossistema litorâneo. Durante a ausência da democracia, o Estado abdicou-se da fiscalização necessária para a preservação dos recursos ecológicos e naturais, em detrimento de uma exploração desenfreada no meio urbano. (CAVALCANTE, 2020).

Segundo Cavalcante (2020) a expansão urbana da capital não foi levada em consideração tendo em vista o zoneamento industrial, o potencial turístico da região, e o sistema lagunar. Através de uma exploração capitalista desenfreada não houve planejamento público, respeito ao meio ambiente para a exploração do sal-gema, e a população residente dos bairros atingidos.

Muito similar ao que aconteceu em outros estados brasileiros durante a ditadura militar, a implantação da Salgema Indústrias Químicas visou apenas o lucro capitalista, e a exploração do minério se estruturou a partir das oligarquias locais, e de relações de poder calcadas no coronelismo, mandonismo e patrimonialismo. Através de um pacto burguês empresarial houve a anuência do Estado para a exploração dos recursos ecológicos e naturais.

Segundo o Relatório Final da CPI da Braskem (2024) esta realidade histórica faz de Maceió na atualidade um território que vivencia o maior crime corporativo ambiental em área urbana no Mundo,

O afundamento do solo em uma região de 3,6 km² já atingiu, diretamente, 60.000 pessoas, obrigadas a deixar suas casas, a abandonar seu passado, e a encontrar novo endereço em uma cidade que já era caracterizada por um déficit habitacional de 27.000 moradias. (CPI, 2024, p.8)





A combinação perversa de extrativismo irresponsável, falta de controle externo, imprudência, negligência, ganância e descaso foram apontadas na CPI em 2024, como resultado da ausência deliberada do Estado no controle desta expansão capitalista. Os órgãos regulatórios historicamente sempre foram omissos no dever de fiscalização, e a questão urbana que já era latente na capital aprofundou-se pelo aumento do déficit habitacional, muito visível na capital alagoana.

Em Maceió, assim como em diversos estados e regiões do Brasil, a ditadura militar favoreceu a industrialização para pequenos grupos, criando um ambiente propício para o crescimento de indústrias, do setor petroquímico, impulsionado por planos de desenvolvimento do Estado que não priorizaram o desenvolvimento ambiental e social.

O então governador do Estado, Divaldo Suruagy (1975-1978; 1983-1986), através do II Plano Nacional de Desenvolvimento impulsionou a elaboração, e viabilização de um Parque Industrial, a partir da indústria química em Maceió. O interesse privado de exploração do minério no estado de Alagoas não teve como foco principal o desenvolvimento do Estado e sociedade, mas sim a apropriação do território que transformou o ecossistema local em mercadoria, visando a acumulação capitalista, aprofundando a questão social.

A empresa Salgema em 1966, a partir da fusão com outras empresas capitalistas, constitui a Trikem, implementada em território alagoano, esta empresa priorizou 99% de sua produção para as regiões Sul e Sudeste. Segundo a antiga Seplan (1999) a unidade Trikem Policloreto de Vinila (PVC) destinou grande parte de sua produção para estados “ditos” mais desenvolvidos, uma vez que apenas 5% de seus produtos atendiam as empresas alagoanas.

Nas décadas seguintes a empresa passou por várias transformações, principalmente na expansão e controle de suas ações, tendo como grande acionista o grupo Odebrecht. A fusão de outras empresas para a formação da Trikem, nos leva a problematizar a concentração e centralização do capital no processo de expansão capitalista minerador em Maceió.

A concentração de recursos públicos no financiamento da extração da Salgema beneficiou as empresas privadas, permitindo o investimento e influência significativa sobre políticas públicas que favoreceram seus interesses. Segundo Cavalcante (2020, p, 32): “De tudo restou claro que o funcionamento do complexo industrial, Salgema Indústrias Químicas S/A, instalada na restinga do Pontal da Barra, oferece perigo potencial ao meio ambiente e a população”.





A década de 1970 foi marcada por diversos acidentes de trabalho, explosões, escapes de cloro na área de mineração. No Pontal da Barra, o primeiro fato documentado ocorreu em 1976 com o registro de morte de um trabalhador, ocasionada pela explosão de um reservatório de salmoura. Em 1977 diante o início da exploração da Trikem foram notificados vazamentos de cloro que trouxeram consequências para a saúde da população, que por sua vez começou a denunciar tal realidade na mídia local (CAVALCANTE, 2020).

Nas décadas de 1980 e 1990 o impacto da exploração começou a tomar a cena pública alagoana, diante diversas explosões ocorridas no transporte do cloro, bem como vazamentos na Lagoa Mundaú. Cabe destacar que a Lagoa percorre os bairros Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Vergel do Lago, e Pontal da Barra, durante anos foi o local de trabalho para muitos pescadores e pescadoras locais, através da venda do “Sururu de capote”, e da Colônia dos Pescadores Santo Antônio fundada em 1925 no Bebedouro.

Cavalcante (2020) relata que em Paulo Jacinto (interior de Alagoas) foram mais de cinquenta trabalhadores (as) atingidos (as), além de diversas reclamações da população com relação à degradação da vegetação local do Pontal da Barra. A Tribuna de Alagoas (jornal local) e a Gazeta de Alagoas noticiaram mais acidentes e vazamentos de produtos químicos.

As exportações do sal-gema foram intensificadas nas décadas de 1980 e 1990, gerando lucros exorbitantes para a Trikem, com a participação da Odebrecht que oportunamente se beneficia através da privatização do setor petroquímico brasileiro (MAJELLA, 2019)

Resultado deste processo em 2002, a Braskem é uma empresa de produção química que surge da fusão de várias empresas, como Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet, e Polialden, que o grupo Odebrecht comprou ao longo dos anos, na busca de expandir seu capital. É considerada a maior produtora de biopolímeros do mundo, com capacidade anual de 200 mil toneladas de plásticos verdes, a partir do etanol de cana de açúcar. Além disso, a empresa conta com mais de oito mil integrantes, 40 unidades industriais, 29 no Brasil, cinco nos Estados Unidos, quatro no México, e duas na Alemanha.

É a sexta maior petroquímica do mundo, e a principal produtora de resinas termoplásticas (policloreto de vinila, polietileno e polipropileno) das Américas. Considerada a sétima maior empresa brasileira em termos de receita líquida de 2014, produz anualmente 16 milhões toneladas de produtos químicos e petroquímicos básicos, como butadieno, propeno, eteno, entre outros (BRASKEM S.A., 2015b. p. 78).





Infelizmente com a convivência do poder público durante mais de 40 anos a Braskem minerou de forma irresponsável, criminosa e sem regulação pública, através de 35 minas (MANSUR; WANDERLEY, 2023; CPI, 2024). No Relatório da CPI também encontramos a denúncia contra o modelo brasileiro de mineração que não prevê o ordenamento jurídico, regulação estatal direta; mas de automonitoramento, de autofiscalização, de autorregulação de fato.

Após fortes chuvas ocorridas em fevereiro de 2018, diversos imóveis sofreram rachaduras no bairro do Pinheiro, mas ainda não era possível revelar a causa do surgimento, ou prever que o aparecimento delas era causado pela atividade de mineração na extração do minério. (MANSUR, WANDERLEY, 2023)

A situação se agravou em 3 de março do mesmo ano, quando um tremor de intensidade alta, 2,5 na escala Richter foi sentido em várias regiões da cidade de Maceió, dando início ao afundamento do solo. Foram iniciados estudos técnicos na região do Pinheiro para descobrir as causas do primeiro tremor de terra que aconteceu (MANSUR, WANDERLEY, 2023; CPI, 2024).

Apenas em 2019 a Braskem, iniciou um estudo de sonares, para avaliar as condições dos 35 poços, uma estação sismográfica foi implantada em seis pontos do Pinheiro, e os resultados obtidos comprovaram uma atividade sísmica de baixa profundidade, e não compatível com placas tectônicas, isto é, não são terremotos comuns. A explicação para essa atividade e para o sismo registrado em março de 2018 é uma sequência de desabamento dos “tetos” das minas de sal-gema (TRIBUNA, 2024).

Em dezembro de 2023 foi instalada, no Senado Federal, a CPI da Braskem com o objetivo de apurar os crimes ambiental, social e econômico, cometidos pela mineradora neste período de 44 anos (1975 a 2019), em que 60 mil pessoas, 12 mil famílias tiveram que abandonar suas casas, apartamentos e memórias.

Segundo o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (2023) na atualidade são cinco bairros atingidos pelos impactos socioambientais, Trapiche da Barra, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Pinheiro com cerca de 200 mil vítimas indiretas.

A população maceioense vivencia a omissão em relação aos impactos e crime ambiental provocado, é possível constatar inclusive produções científicas da Universidade Federal de Alagoas, que não reconhecem tal realidade como crime, mas sim: “[...] fenômeno





geológico, que transforma bairros de Maceió em cenários de guerra” (ALMEIDA, 2021, p.12).

3 OS IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO DE SALGEMA EM BEBEDOURO E FLEXAL

No segundo semestre de 2024 foram realizados dois trabalhos de campo⁴ no bairro Bebedouro na comunidade Flexal, diálogos com o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, e com moradores (as) em roda de conversa realizada em sala de aula na UFAL. Um dos trabalhos de campo envolveu aproximadamente trinta e cinco estudantes do Serviço Social, docente e Assistente Social técnica da UFAL, acompanhados (as) por lideranças do MUVB, moradoras (es) locais, bem como fotógrafos (as) da cidade de Maceió, que acompanham e registram o crime historicamente.

Segundo Mansur; Wanderley (2023), o Flexal é uma comunidade que ainda se encontra na área afetada pela mineração da Braskem, e que até 2022 ainda não havia sido reconhecida pelo poder público como área de risco, e onde a população ainda reside - cerca de 10 mil pessoas (SANTOS, 2023) - que vem sofrendo permanentemente pela contradição causada pela empresa no que diz respeito à realocação e revitalização⁵.

Segundo Santos (2023), com base em pesquisa de campo e IBGE (2010), a população do Flexal em sua maioria auferia menos de dois salários-mínimos da época (R\$ 510,00), sendo que a área também se encontra em área suscetível aos movimentos de massa, uma vez que grande parte das moradias foram construídas na encosta do tabuleiro, e possuem condições muito precárias.

Assim, no contexto do trabalho de campo foi possível apreender e discutir as diversas manifestações da questão social, que afetam a população do Bebedouro, que foi indenizada e

⁴ O trabalho de campo, muito utilizado pela Geografia e nas ciências sociais, foi discutido em sala de aula como uma metodologia utilizada para coleta de dados e informações in loco. Foi orientado a partir de um roteiro de visita previamente elaborado e articulado a observação participante dos (as) estudantes. No roteiro elaborado, estudantes foram orientados a observarem e dialogarem com marcadores (as) acerca dos direitos sociais/humanos que foram violados, como saúde, educação, moradia, trabalho, lazer e o direito à memória.

⁵ Realocação e Revitalização é uma realidade no Flexal, uma contradição instalada que afeta a vida das famílias, sobretudo aquelas que já vivenciam condições de vida e trabalho pauperizadas.





realocada, e a população que ainda vive no Flexal, e que já convivía com latência da questão social, agravada pela mineração do sal-gema e permanência na área de risco.

Nos dois bairros - vizinhos - conhecemos e ouvimos muitos (as) moradoras (es) compartilharem suas trajetórias de vida até a chegada no bairro, uma trajetória perpassada por muito trabalho e luta para a aquisição de um imóvel para residência, para atividades que auferiram renda, e territórios de familiares, ancestrais, que há muitas gerações construíram seus modos de vida e trabalho.

No Flexal algumas pescadoras (es) rememoram as vendas de “Sururu de Capote” junto às margens da Lagoa Mundaú, que era a fonte de renda para muitas famílias, também organizadas até a realocação na Colônia de Pescadores fundada em 1927. Algumas pescadoras emocionaram-se muito nos relatos sobre a Lagoa Mundaú e atividade da pesca, que segundo elas não é mais possível, *“pois não há mais sururu na lagoa”* (sic). Outros (as) trabalhadores (as) que tinham comércio no local também relataram que perderam suas fontes de rendimento ao longo destes anos desde 2019, uma vez que ainda não receberam nenhuma proposta ou indenização da Braskem, através do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF).

Segundo Marques (2024) o PCF foi criado pela Braskem em 05/12/2019 em negociação junto ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e de Alagoas e Defesa Pública de Maceió. Através deste acordo a empresa é obrigada a adquirir e selar os imóveis, e a realocar e a indenizar todos os (as) moradores (as) da área de risco que estavam no mapa de criticidade elaborado em 2019, pela Defesa Civil de Maceió. A empresa também ficou obrigada a abrir uma conta no valor mínimo inicial de R\$1,7 bilhão para cobrir as despesas com indenizações.

Organizado e estruturado em dois fluxos distintos, o PCF foi operacionalizado a partir da realocação e pagamento da compensação, sendo que a empresa está liberada para tratar diretamente com as vítimas, caso não concordarem com as propostas estão livres para adotarem, buscarem as medidas que entenderem mais pertinentes às suas realidades (CPI, 2024)

Uma das problemáticas, amplamente, apontadas pela CPI em 2024 foi a descabida avaliação dos imóveis ter sido realizada por uma empresa contratada e remunerada pela Braskem, sob o risco de monopólio, ou seja, não se pode esperar do único comprador disponível, uma avaliação justa ao imóvel a ser comprado. Esta é uma das maiores





problemáticas até a atualidade, pois uma das denúncias mais frequentes na CPI é de que as primeiras indenizações pagas foram substancialmente inferiores às posteriores, e de que a Braskem retardou deliberadamente a análise de contrapropostas, explorando a vulnerabilidade, e os estado de necessidade dos (as) atingidos (as).

Após a assinatura do “Termo de Saída”, foram pagos auxílios de aluguel no valor de R\$1.000 reais mensais por vinte e quatro meses, se encerrando dois meses após a homologação da proposta. Todos (as) moradores (as) do MUVB que dialogamos, afirmaram que este valor não foi, e não é suficiente para a cobertura de aluguéis na capital, que sofreu e sofre inflação imobiliária (bolha imobiliária) aprofundada pelo crime da mineração. Esta realidade também é apontada pela CPI (2024), e por Marques (2024).

Além dos auxílios, também foi paga uma indenização, a título de danos morais, no valor de R\$40 mil, para cada grupo familiar, e R\$10 mil reais para microempreendedores (as) individuais e empresários, que desenvolviam atividade econômica informal. A compensação foi iniciada após encerrado o fluxo de realocação, e nesta fase moradores (as), comerciantes, pescadores (as), devem ser acompanhados por um defensor ou advogado.

No entanto, em 2020 novas versões do Mapa de Risco foram elaboradas, e o número dos imóveis foi várias vezes ampliado com o acréscimo de mais 2.580 imóveis ao PCF. A Braskem foi obrigada a provisionar um valor de R\$5 bilhões em outubro de 2020. Somente em 2022 foi homologado um novo acordo, que visava mitigar o isolamento social da região, para que os (as) moradores (as) da comunidade do Flexal fossem contemplados com medidas socioeconômicas e indenizações.

Neste contexto foi criado o Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento do Flexal, com previsão de R\$64 milhões, para medidas socioeconômicas e indenizações para famílias, comerciantes e empresários. Dentre as ações estão a criação de uma nova unidade de saúde, e de uma nova escola, a ampliação e/ou alteração de rondas existentes de ônibus, a ampliação de rondas feitas pela guarda municipal, ações de conservação e zeladoria, instalação de centro de apoio aos pescadores, e implantação de um espaço para feira (CPI, 2024; MARQUES, 2024).

Ao caminhar pelo Flexal, algumas moradoras (es) nos convidaram a entrar em suas moradias, onde é visível afundamentos no solo, rachaduras nas paredes com escoamento de água, buracos no chão, e água brotando na calçada e asfalto. Estudantes relataram o quão impactante foi constatar que muitas famílias possuem um cotidiano assombrado pela





possibilidade de desmoroamento a qualquer momento, paralelo a condição de permanência na área, tendo em vista a bagatela de R\$25 mil reais oferecidas pela Braskem, e que não dá condições para a aquisição de outro imóvel na cidade.

Sendo assim, existe na atualidade uma população que ainda sofre os impactos socioambientais da mineração de sal-gema, que segundo a Braskem foi interrompida em 2019 na capital, e que permanece à mercê da proteção do Estado em um território de risco ambiental, sem acesso às políticas públicas como saúde, assistência, transporte e bens básicos. Este grupo que não foi indenizado materialmente, vive em um território de risco e reivindica realocação, apesar da existência de outro grupo, também local, que tensiona a revitalização, através do Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento do Flexal.

Esta contradição, revela o conflito socioambiental, que pode ser observado durante a realização do trabalho de campo, através da intervenção artística/popular/ social nas fachadas de diversas casas. Quanto mais adentramos a área considerada periférica, “excluída” nos termos da pesquisa de Santos (2023), mas presenciamos intervenções reivindicando a realocação.

Além deste conflito, também existe uma população de mais de 60 mil pessoas que sofrem “deslocamento forçado”, resultado do fluxo migratório proveniente de impactos e alterações no meio ambiente, o que é uma nova vertente da mobilidade humana e da crise ambiental, que possui raça, classe e gênero (TELES, 2023).

Este deslocamento advém do maior conflito socioambiental em área urbana do mundo, e impõe a classe trabalhadora de Maceió desafios com relação a um novo modo de vida, diante mudanças estruturais que impactam os seres humanos e não humanos, violando direitos humanos no âmbito nacional e internacional (TELES, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da mineração de sal-gema na capital alagoana, iniciada na ditadura, resultou uma visível degradação do meio ambiente, e diversas expressões da questão social. Foram mais de quatro décadas de exploração desenfreada, sem controle, fiscalização, sendo a impunidade a expressão concreta do maior crime ambiental em meio urbano no mundo em uma capital. Processos de migração forçada e deslocamento involuntário afetaram a classe mais pauperizada, a classe trabalhadora que já vivia em situação irregular e/ou precária. A





população de cinco bairros foi removida e a comunidade do Flexal permanece vivendo um ilhamento, com falta de acesso a políticas públicas e bens básicos.

A empresa não foi obrigada a assumir publicamente a autoria do crime, sendo que diversos meios de comunicação e órgãos públicos seguem tratando-o como decorrência de um “fenômeno geológico”. (MANSUR; WANDERLEY, 2023; MARQUES, 2024).

A diáspora forçada de 60.000 maceioenses e suas causas merecem ser mais conhecidas, divulgadas e denunciadas para que o Brasil entenda que a questão ambiental causada pela Braskem provocou uma crise habitacional, e especulação imobiliária na cidade, traduzida no mercado como uma demanda alta na busca por novos imóveis.

A ausência do Estado na reparação dos danos materiais e imateriais revela um descaso com a população, e consequente concentração da terra, renda e poder para a Braskem. A criação de associações de moradores, e coletivos populares permitiu que as vítimas se unissem, fortalecendo a voz da comunidade, para garantir que suas demandas fossem ouvidas nas decisões que afetam suas vidas.

Portanto, a história do Brasil, da Braskem ilustra que os interesses econômicos e privados, muitas vezes se sobrepõem à justiça social e ambiental. “Cadê o Sururu?”, foi uma das indagações que ouvimos de pescadores (as) locais, que hoje vivem à deriva às margens da Lagoa Mundaú que foi uma das maiores fontes de renda do Bebedouro e comunidade Flexal.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eduardo. Fenômeno geológico transforma bairros de Maceió em cenário de guerra. Revista Saber - UFAL, Maceió: edição nº 04 2021. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2022/1/saber-ufal-revistas-sao-lancadas-para-mostrar-importantes-capitulos-da-historia-da-universidade>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Carta Aberta Do Movimento Unificado Das Vítimas da Braskem. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração. Publicado no ano de 2023. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/o-crime-da-braskem-a-mineracao-que-afundou-maceio/>. Acesso em : 20 nov. 2024.

CAVALCANTE, joaldo. **Salgema: do erro à tragédia** - Maceió. Editora: CESMAC, 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2024a.





CPI BRASKEM 2024. **Relatório Final** Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2642/mna/relatorios>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Danos morais pagos pela Braskem são imorais. Tribuna Hoje, Maceió, 29, outubro de 2024. Disponível em: <https://tribunahoje.com/especial/2024/10/29/57-danos-morais-pagos-pela-braskem-sao-imorais> . Acesso: 25 nov. 2024.

DIODATO, Railson Vieira. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas.** Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal de Alagoas. 138 fl.: Maceió, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2288/1/Da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20polo%20cloroqu%C3%ADmico%20ao%20desenvolvimento%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20qu%C3%ADmica%20e%20do%20pl%C3%A1stico%20de%20Alagoas.pdf>

<https://www.braskem.com.br/linha-do-tempo-alagoas>, Copyright 2024 - Braskem. Acesso em : 04 fev. de 2025.

<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/efeitos-especulacao-imobiliaria-nas-cidades.htm> acessado em: 16 fev. 2025.

LIRA, Sandra. **Alagoas 2000 - 2013.** Editora: Fundação Perseu Abramo, 2014.

MANSUR, Maíra, WANDERLEY, Luiz. **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações.** 2023 edição do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, por meio do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. Disponível em: <https://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2023/08/Colapso-Mineral-em-maceio%CC%81.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MARQUES, Abel Galindo. **Tragédia-crime ambiental da mineração de sal-gema em Maceió.** Editora: Mascarenhas, 2024.

MILANEZ, Bruno. Mineração e Impactos Socioambientais: As dores de um país mega-minerador. **Movimentos Socioambientais:** Lutas, Avanços, Conquistas, Retrocessos , Esperanças. Xapuri Socioambiental : Formosa: Goiás, 2019.

Mineradora Braskem é responsável por uma série de prejuízos econômicos, emocionais e morais à população de Maceió, com dezenas de suicídios. Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.
site: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/conflito-de-extrema-complexidade-entre-populacao-de-maceio-e-mina-de-sal-gema-da-braskem-envolve-danos-irreparaveis/> Acesso em; 04 fev. 2025.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo.** Artigo em Revista Afro-A'sia, 14- 1983 - Universidade Federal da Bahia. Disponível em:





<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20824/13425>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Ong Movimento pela Vida era contra a instalação da salgema em área povoada. Tribuna Hoje, maceió, 08, junho de 2019 atualizado em 2022. disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/06/08/73026-ong-movimento-pela-vida-era-contra-a-instalacao-da-salgema-em-area-povoada> Acesso em: 24 fev. 2025

SANTOS, José Erasmo da Silva. **Pesquisa Sal-gema**. Maceió, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2008/salgema>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, Paulo Virgílio Medeiros. **Uso corporativo do território e exclusão social: o caso Braskem e a Comunidade do Flexal na cidade de Maceió** - Alagoas. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Universidade Federal de Alagoas. 34 fl.: Maceió, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/12218/1/Uso%20corporativo%20do%20territ%C3%B3rio%20e%20exclus%C3%A3o%20Social%20o%20caso%20Braskem%20e%20a%20Comunidade%20do%20Flexal%20na%20Cidade%20de%20Macei%C3%B3%20e%2080%93%20Alagoas.pdf>. Acesso: 04 fev. 2025.

TELES, Cardoso Rikartiany. **Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a ótica dos Direitos Humanos**. Revista Direito e Práxis.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VtLwjpnG697XfxhvrDKBRgp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ZHOURI, Andréa. **Mineração: violências e resistências um campo aberto à produção de conhecimento no brasil**. R. Oliveira [et. al]. Editorial iGuana, 2018.

